

DÍVIDA EXTERNA

ESTADO DE SÃO PAULO

Bancos credores fazem pressão

Apoio do Tesouro dos EUA está vinculado a entendimentos com os banqueiros

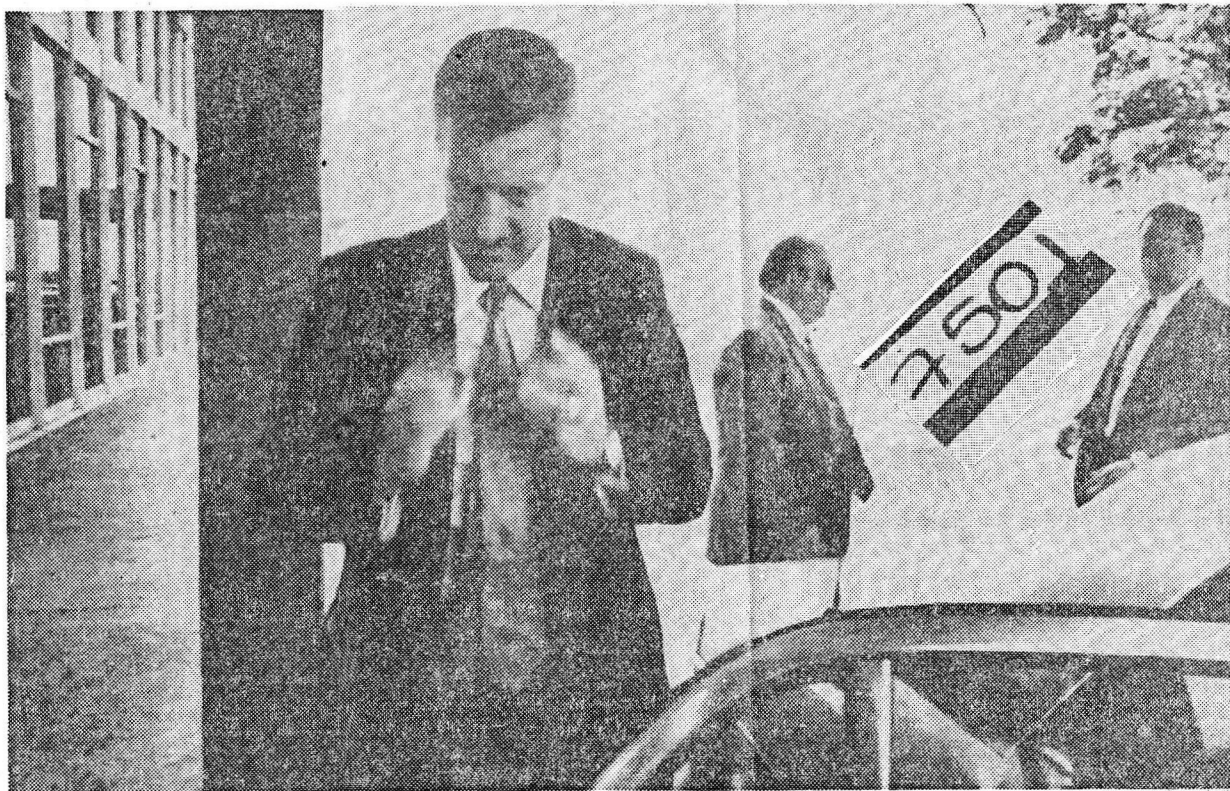
PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O governo brasileiro estará, a partir desta semana, sob crescente pressão internacional para iniciar entendimentos com os bancos credores. A percepção criada pela equipe econômica brasileira de que a moratória não-declarada sobre os pagamentos da dívida privada de médio e longo prazo teria sido absorvida por Washington e pelos organismos financeiros multilaterais ficou comprometida, na semana passada, depois que o subsecretário do Tesouro dos EUA, David Mulford, esclareceu a posição americana. Surpreso e contrariado com alguns relatos publicados na imprensa brasileira sobre o resultado de seu encontro, na quinta-feira, com o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, Mulford deixou claro que a administração Bush não apóia uma estratégia baseada no não-pagamento.

COMPLICAÇÃO

Kandir poderia ter completado sua missão em Washington exatamente como pretendia se tivesse sido mais hábil ao descrever o resultado da conversa a dois, mais intérprete, que teve com Mulford. O Tesouro apoiará a posição brasileira de que as negociações com o Fundo e com os bancos são "desconectadas", contanto que a equipe econômica apresse o passo e comece a dar demonstrações concretas de sua disposição de negociar com os banqueiros, esvaziando, assim, as pressões e impedindo que a conexão inevitável entre os dois processos (afinal, ambos dizem respeito ao financiamento externo do programa) venha à tona e ponha em risco o acordo com o FMI.

Tecnicamente, o fechamento do acordo com o Fundo não depende, em princípio, do pagamento de



Protásio Nêne/AE

Mulford: dúvidas sobre a continuidade do programa econômico brasileiro, que considera ambicioso

atrasados, conforme disse Kandir, na semana passada, em Washington. Mas, como indicou uma fonte da instituição, o critério técnico ficará politicamente impraticável se, quando o programa brasileiro for encaminhado à diretoria do Fundo, o governo e os bancos estiverem empenhados na busca de uma solução para o problema. Um alto funcionário americano disse que o volume dos atrasados tornará toda a negociação um exercício muito complicado.

Volume dos atrasados torna a negociação um exercício muito complicado

A primeira complicação pode se dar com a duração da negociação com o Fundo. Kandir afirmou que recebeu o apoio de Washington para fechar rapidamente um acordo com o FMI e previu sua aprovação para outubro. Mas em declarações à *Cable News Network*, na noite de sexta-feira, David Mulford deixou dúvidas sobre esse ponto. "O Brasil tem um programa econômico bastante ambicioso e impressionante.

Mas será importante incluir nele as bases para um desempenho continuado. E é isso que o FMI examinará", afirmou o subsecretário do Tesouro.

MAIS PRESSÕES

Do ponto de vista de Mulford, a interrogação que pesa sobre o futuro do programa deriva do cálculo de que, na forma como está, ele dependeria de uma virtual institucionalização do não-pagamento de juros para dar certo. Uma fonte oficial disse ao *Estado* que a declaração da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, na semana passada, segundo a qual o País poderá pagar no máximo US\$ 1 bilhão aos bancos este ano, reforçou esse temor e foi mal recebida. "A afirmação revela a intenção de predeterminedar o desfecho de uma negociação que nem começou", afirmou a fonte.

"O Brasil está trabalhando hoje, na prática, com uma hipótese de refinanciamento ou perdão de 100% de sua dívida", analisa William Cline, economista do Institute for International Economics, um centro de estudos de Washington, que esteve no café da manhã com

Kandir, na sexta-feira. "Numa negociação de redução da dívida, creio que o máximo que o Brasil pode conseguir é um desconto de 40%, um pouco mais do que o México e a Venezuela conseguiram", afirma Cline. Ele, que acompanha o problema da dívida brasileira desde 1982, acredita que o governo criou expectativas positivas no mercado com a mudança radical da política de comércio exterior e deve manter a iniciativa atacando sem demora o problema dos atrasos dos pagamentos. "Esse problema pode desviar a atenção das coisas importantes que o governo está fazendo e descarrilar seus esforços", observa. Tendo em conta os limites da negociação, o economista imagina que a administração Collor teria um alto retorno em termos de relações públicas se anunciasse um plano de retomada de pagamento de juros já, antecipando-se às pressões que tenderão somente a aumentar de agora em diante. Elas estarão mais visíveis a partir da semana que vem, quando John Reed, o presidente do Citicorp, que há duas semanas pediu o início imediato de negociações ao presidente Fernando Collor, voltará ao Brasil para celebrar 75 anos de presença do Citi no País.